

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - JUNHO DE 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Augusto Sergio Amorim Costa
Diretor - Presidente

1. AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente internacional, embora ainda demonstre certa instabilidade associada às incertezas de natureza política dos países desenvolvidos, vem apresentando registrar bom desempenho na atividade econômica. Os dados conjunturais apontam o crescimento simultâneo das principais economias do mundo, entre elas, os EUA, a União Europeia e a China.

Para o primeiro trimestre de 2017, os Estados Unidos registraram de forma anualizada alta de 1,4% em sua atividade econômica, fortemente impactada pela expansão dos gastos dos consumidores, que possui grande representatividade no seu PIB, o FMI projeta expansão de 2,3% para 2017. Para Zona do Euro, o FMI projeta um crescimento 1,7%. Quanto à economia chinesa, que está se estabilizando a um ritmo moderado, o FMI estima alta de 6,6% em 2017.

O cenário externo foi relativamente favorável à economia brasileira. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o PIB apresentou crescimento de 1,0% no primeiro trimestre de 2017 em comparação ao período anterior. Este foi o primeiro comportamento positivo após um ciclo de queda em oito trimestres seguidos. O desempenho favorável foi impactado, sobretudo pelo ótimo resultado da Agropecuária, que apresentou crescimento de 13,4%, a maior expansão desde o 4º trimestre de 1996. Na mesma base de comparação a indústria registrou o modesto crescimento de 0,9%, enquanto no setor de serviços, que tem alta representatividade no valor adicionado da economia, não houve variação. Já do lado da demanda interna, a redução no consumo das famílias reflete a atual conjuntura do mercado de trabalho, com elevado nível de desemprego e queda do rendimento salarial real, além do aumento do endividamento das famílias e a restrição do crédito, impactando sobremaneira a procura por bens e serviços.

A queda da inflação e as expectativas de mercado favorecem a continuidade no ritmo de queda da taxa Selic instituída pelo Banco Central. Em maio, Copom do BCB reduziu a taxa para 10,25% ao ano. A projeção da SELIC para o final deste ano passou de 8,50% para 8,25% ao ano.

Com relação à dinâmica paraense, os três primeiros meses do ano demonstram um comportamento estabilizado da atividade econômica. O Índice de Atividade Econômica do Pará (dados com ajuste sazonal) mensurado pelo Banco Central apontou retração moderada de 0,5% em março comparado ao mês anterior. O índice paraense confrontado com nacional (+0,3) demonstra desempenho inferior no período analisado. De acordo com dados do IBGE, a produção industrial paraense recuou de 2,7% no mês de março comparado a fevereiro deste ano, acumulando queda de 1,0% no trimestre. O comportamento do setor da indústria no período foi impactado pela variação negativa da atividade extrativista e pelo modesto crescimento da indústria de transformação. No comércio varejista, o volume de vendas apresentou em março crescimento de 1,5% em relação ao mês anterior e 4,0% no acumulado do trimestre. O mesmo não ocorreu com o setor de serviços que registrou, em março, decréscimo de 0,7% em relação ao mês de fevereiro, acumulando queda de 3,2% no trimestre. Quanto à inflação da Região Metropolitana de Belém medida pelo IPCA, esta permanece em processo de desinflação. No mês de junho o índice registrou desaceleração de 0,08%, enquanto no mês anterior, a taxa teve queda de 0,13%. Considerando o acumulado de janeiro a junho o indicador chegou à variação de 0,72%, valor abaixo do índice nacional na mesma base de comparação. As variações negativas no grupo de Alimentação e Bebidas estão entre os principais motivos pelo comportamento do índice no primeiro semestre de 2017.

2. RATING

Em decorrência do rebaixamento do rating soberano pelas principais agências de avaliação de risco, os ratings relativos a várias instituições financeiras brasileiras vêm sofrendo ajustes no mesmo sentido. Apesar dessa tendência de rebaixamento, nas duas últimas revisões efetuadas pela Standard & Poor's e Moody's, em agosto de 2016 e em junho de 2017, respectivamente, o Banpará teve seu Rating reafirmado pelas duas agências, refletindo a qualidade dos indicadores de ativos do Banco.

Standard & Poor's			
	Escala Global		Escala Nacional
Perfil de Crédito Individual	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Nacional
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
bb-	B	BB-	B
	BB-	B	brA
	brA		brA-2
Moody's Investors Service			
	Escala Global		Escala Nacional
Avaliação de Risco da Contraparte	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Nacional
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Ba2(cr)	Ba3	NP	Ba3
	NP	NP	A2.br
	A2.br		BR-1

3. DESTAQUE BANPARÁ

O Banpará vem ao longo dos anos aumentando a cobertura bancária no Estado do Pará. Este esforço se caracteriza pela expansão de sua rede física de atendimento, agências e equipamentos, bem como, por intermédio da oferta de produtos e serviços aos seus clientes visando contribuir com o aumento da inclusão bancária da população do Estado. O Banco finalizou o 1º semestre de 2017 presente em 96 municípios, com inaugurações de 05 unidades, sendo 04 agências em municípios até então não cobertos (Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Cachoeira do Arari e Trairão) e 01 posto de atendimento (Belém).

O Banpará está ao alcance de aproximadamente 85% da população paraense, resultado obtido em razão do plano de expansão que vem sendo executado pelo Banco. Dentre as regiões de integração destacam-se as seguintes: Guajará, Baixo Amazonas e Tocantins que concentram 45% da população do Estado e atualmente possuem mais de 80% de seus municípios abrangidos por unidades do Banco, sobressaindo-se a região do Guajará, a qual possui todos os seus municípios cobertos pelos serviços bancários do Banpará.

Para acompanhar seu crescimento físico, o Banco vem investindo fortemente nas melhorias e ampliação do seu portfólio de produtos e serviços. No primeiro semestre de 2017, houve o lançamento do IN Mais Bcard (programa de fidelidade), o serviço de VAN, o qual possibilita aos estabelecimentos credenciados utilizarem o cartão do Banpará nas máquinas da Cielo, ampliando assim a abrangência da rede Bcard. Outro ponto de destaque foi a inauguração da Agência Digital, única no Brasil, *benchmarking* para outros bancos. Ressalta-se, ainda, que, em 2017 o Banpará recebeu o prêmio Finanças Mais, como o 3º melhor banco do País dentro da sua categoria (banco de varejo), a premiação teve como base os resultados apresentados no balanço de 2016, fruto da eficiência na gestão.

No ano vigente, o Banpará continua apresentando bons resultados, mantendo a Instituição competitiva em relação a outros grandes bancos que atuam no Estado. Atualmente, o Banco é o primeiro em depósito a prazo, com 34% do volume movimentado no Pará, o segundo em depósito à vista (19%) e o terceiro em operações de crédito (17%).

4. EXPECTATIVAS

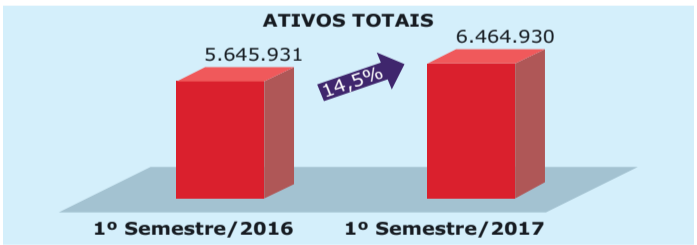
O Banpará segue seu plano de expansão, estímando inaugurar mais 04 agências até o final do ano de 2017, sendo duas delas em municípios até então sem a cobertura do Banco. Juntamente com esse crescimento físico, pretendem-se ampliar o portfólio de produtos e serviços com prováveis 08 lançamentos, divididos entre: produtos, serviços e melhorias.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro do Banpará decorre de ações vinculadas ao planejamento estratégico 2017-2021 desenvolvido pelo Banco, que visam à geração de resultados sustentáveis, com vistas à melhor relação entre risco e retorno. O desempenho positivo tem fornecido retornos significativos a seus acionistas. Essa tendência pode ser constatada por meio de números e indicadores, apresentados trimestralmente na Divulgação dos Resultados do Banpará.

5.1. Ativos Totais

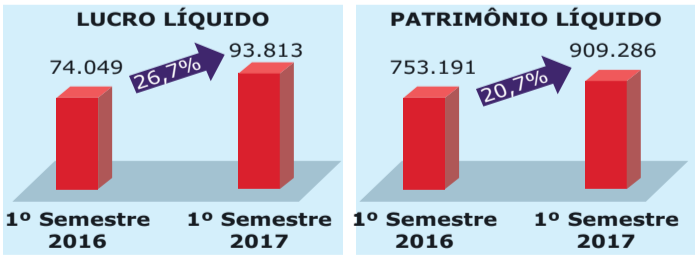
O Banpará encerrou o primeiro semestre de 2017 com Ativos Totais no montante de R\$ 6.464.930 mil, representando um crescimento de 14,5% em relação ao mesmo período de 2016, que registrou R\$ 5.645.931 mil. Esse crescimento foi motivado pelas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez que registraram R\$ 958.618 mil, aumento de 24,3% em relação ao primeiro semestre de 2016 que foi de R\$ 771.274 mil, e pelo aumento de 39,8% de Títulos e Valores Mobiliários, os quais em junho de 2017 registraram R\$ 925.912 mil. O índice de retorno sobre os ativos médios (ROA) foi de 4,1%.



5.2. Principais Indicadores

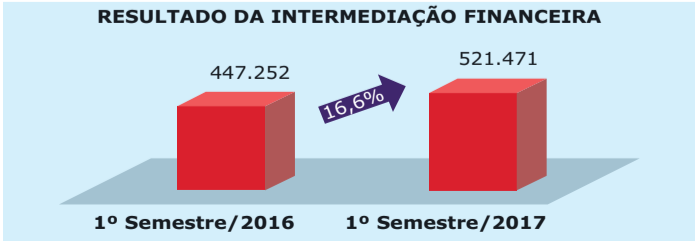
No primeiro semestre de 2017, o Banpará alcançou um lucro líquido de R\$ 93.813 mil, um aumento de 26,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, que representa um lucro líquido por ação de R\$ 9,85. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 909.286 mil, aumentando 20,7% em relação ao fim de junho de 2016.

Dessa forma, no primeiro semestre de 2017, o Banpará alcançou índice de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 30,2%.



As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 764.238 mil, registrando um crescimento de 8,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, proporcionado pelo crescimento das rendas de operações de crédito que, incluindo as recuperações, representam 87,9% do total das receitas de intermediação financeira.

No primeiro semestre de 2017, as despesas de intermediação financeira atingiram R\$ 242.767 mil, um decréscimo de 5,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O resultado da intermediação financeira atingiu o montante de R\$ 521.471 mil no primeiro semestre de 2017, um aumento de 16,6% em relação ao mesmo período de 2016.



As receitas de serviços totalizaram R\$ 44.173 mil no fechamento do primeiro semestre de 2017, um crescimento de 15,1% quando comparado ao valor alcançado no primeiro semestre de 2016.

As despesas de 2017, as despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 348.242 mil, um acréscimo de aproximadamente 17,9% em comparação ao mesmo período de 2016, enquanto que as despesas de pessoal, que representam 47,3% das despesas gerais, aumentaram 19,9%, atingindo R\$ 164.688 mil, e as despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 153.130 mil, equivalente a um aumento de 16,6% em relação ao apresentado no primeiro semestre de 2016, refletindo a política de expansão do Banco.

No primeiro semestre de 2017, o índice de eficiência operacional do Banpará foi de 56,2%, este índice acumulado dos últimos 12 meses é de 57,5%.

O índice de cobertura para o primeiro semestre de 2017 foi de 26,8%, este índice acumulado dos últimos 12 meses é de 26,3%.

5.2.1. Carteira de Crédito

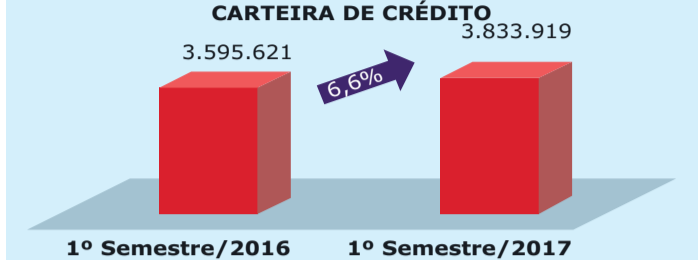
No 1º semestre de 2017, a carteira de crédito alcançou R\$ 3.833.919 mil, com incremento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa ao final do 1º semestre de 2017 3,55% da carteira de crédito, uma diminuição de 0,81 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2016.

O saldo da carteira de crédito comercial Pessoa Física, em junho de 2017, foi de R\$ 3.819.907 mil que representa um incremento de 6,95% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os empréstimos consignados correspondem a 68,6% da carteira de empréstimos e o financiamento ao consumo representa 31,44%. Os funcionários públicos do Estado e os pensionistas representam 87,7% da carteira de consignados.

Em 30 de junho de 2017, o índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias representa 1,82% da carteira de crédito, com um percentual de cobertura de 195%, isto é, o valor que o Banco mantém para fazer face às perdas prováveis é aproximadamente 2 vezes a inadimplência do período.



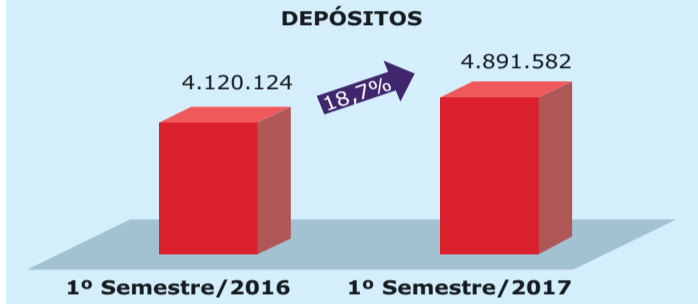
5.2.2. Depósitos

O volume dos depósitos no primeiro semestre de 2017 totalizou R\$ 4.891.582 mil contra R\$ 4.120.124 mil registrados no mesmo período de 2016, representando um aumento de 18,7%, que é justificado, principalmente, pelo aumento da captação em CDI.

Analisando os depósitos por tipo de cliente, destacamos os depósitos de Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Governo Municipal, que cresceram 14,23%, 32,83% e 46,02%, respectivamente, quando comparado ao primeiro semestre de 2016.

O volume total de depósitos a prazo apresentou um crescimento de 20,58%. Já os Depósitos à Vista reduziram 11,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, redução impactada, principalmente, pelo redirecionamento de saldos ao produto Conta Mais, que fechou o primeiro trimestre com o saldo de R\$ 363.324 mil, representando variação positiva de 39,54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os Depósitos Interfinanceiros apresentaram variações positivas em decorrência dos esforços em novas captações, fechando o semestre com um crescimento de 104,56% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os Depósitos de Poupança apresentaram um aumento de 5,16% em relação ao mesmo período de 2016.



5.2.3. Letra Financeira

Em Junho de 2017, o saldo da carteira de Letra Financeira fechou em R\$ 71.960 milhões, representando uma diminuição no saldo de 70,35% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tal variação ocorreu devido a vencimento de uma operação, cujo saldo migrou para as captações em CDI.

6. RELACIONAMENTO COM CLIENTES E CANAIS

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará vem ampliando sua rede de atendimento, possibilitando a inserção da população paraense no mercado financeiro, estando presente em 96 municípios paraenses.

Discriminação	Capital	Interior	Total
Agências	15	97	112
Postos de Atendimento	22	9	31
Caixa Deslocado	5	4	9
PAE	64	21	85
TOTAL	106	131	237
Pontos de atendimentos – rede própria	237		
Municípios Atendidos	96		

Os canais também possuem relevância no relacionamento com os clientes e para atendê-los plenamente em suas necessidades, são oferecidas mobilidade, independência e inovação para ampliar seus negócios com o Banco de forma prática, ágil e segura.

Dessa forma, além de sua rede própria o Banpará disponibiliza aproximadamente 21 mil pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil, em parceria com o Banco 24Horas, e 272 terminais da Rede Saque Pague somente no Estado do Pará. Desta maneira viabiliza aos seus clientes e usuários a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo território nacional. Além disso, o Banpará inaugurou sua primeira agência totalmente digital que prevê mais de 40 transações, entre elas, emissão de cartão de conta corrente e atendimento via vídeo conferência.

Abaixo estão relacionados os canais eletrônicos de atendimento disponibilizados pelo Banpará aos seus clientes:

- BCard;
- Autoatendimento;
- Autoatendimento Externo - Banco24Horas;
- Autoatendimento Externo - Saque e Pague;
- Internet Banking;
- Portal Banpará e Site de Relações com Investidores;
- Mobile Banking;
- Central Banpará de Atendimento; e
- SAC.

Em fevereiro de 2017 o Banpará inaugurou seu primeiro espaço totalmente digital, oferecendo aos clientes um autoatendimento moderno, com novas transações, como depósito de dinheiro em lotes, online e real time, emissão de cartão (com chip) de conta corrente/poupança e atendimento de dúvidas através de vídeo chamadas efetuadas de terminais ATMs.

7. GESTÃO CORPORATIVA

7.1. Gestão de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará desenvolve suas atividades de gestão de riscos e de capital de forma contínua e evolutiva, buscando o constante aprimoramento dos instrumentos de monitoração e controle, assegurando sua efetividade e consistência com a natureza, a complexidade e os riscos das operações, de acordo com os princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, em consonância com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia e com as melhores práticas de mercado.

A gestão de riscos e de capital é realizada de forma a gerar informações e análises que possam subsidiar a tomada de decisões, contribuindo para a consecução das metas estratégicas da Instituição.

A Gerência de Risco de Mercado e Liquidez e Gestão de Capital, subordinada à Superintendência de Gestão de Risco Financeiro, compõem a base da estrutura, sendo responsável por promover e viabilizar o controle dos riscos inerentes e apurar a necessidade de capital do Banpará.

Para a mitigação dos eventos de risco são promovidas atualizações e aprimoramento contínuo das políticas, processos e sistemas de gerenciamento de riscos, com foco nos objetivos estratégicos da Instituição. Quanto ao gerenciamento de capital, o Banco adota postura prospectiva visando antever a necessidade de capital para fazer face às estratégias de negócios, inclusive considerando a realização de testes de estresse e contingências de capital.

A Gestão global do risco de crédito é realizada por meio de análises do VaR para posições de crédito, que representa a parcela de perda (esperada e inesperada) com um determinado grau de confiança, o qual tem sua origem na volatilidade da probabilidade de inadimplência. A parcela relativa ao risco de crédito - RWACPAD é o principal componente dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, representando 90% da exposição total de riscos. No 1º semestre de 2017, a RWACPAD registrou R\$ 3,6 bilhões.

Exigência mínima de capital estabelecida pelo órgão regulador encerrou o 1º semestre de 2017 com índice de Basileia de 209,6%, bem acima dos 10,50% estabelecidos pelo Bacen para 2017, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e operacional podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no site de Relações com Investidores/Governança Corporativa: www.banpará.br.

7.2. Gestão de Risco Operacional e Continuidade de Negócios

No que tange à estrutura de risco operacional, por estar diretamente relacionada em todos os processos da Instituição, a área mantém atualizado o mapeamento de suas atividades para identificar, avaliar e monitorar as fragilidades existentes, assim como a análise de novos projetos estratégicos que tem por objetivo principal a mitigação das falhas relacionadas a pessoas, processos, sistemas e eventos externos, inclusive realizando levantamento dos riscos junto aos prestadores de serviços terceirizados. Na gestão de riscos, também é realizada a classificação dos processos quanto à importância e criticidade, definidos dentro de uma matriz que leva em consideração a probabilidade de determinado evento se materializar e o impacto que este acarreta. Para incidentes que causem indisponibilidade na entrega dos produtos e serviços essenciais, o Banpará possui Planos de Continuidade de Negócios - PCN, os quais são testados periodicamente com avaliações das estratégias de contingência e prazos de recuperação, resguardando os recursos e buscando reduzir as ocorrências de perdas financeiras e desgastes na imagem.

7.3. Controles Internos e Compliance

Como responsável pela disseminação da cultura de controles na instituição, a área de Controles Internos e Compliance busca assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente e alinhadas às boas práticas de governança corporativa. Assim, realiza o monitoramento dos processos desenvolvidos e verifica se as atividades estão sendo executadas em consonância com as leis, normas e regulamentos externos e internos, articulando-se com os gestores das unidades para avaliação, validação e certificação dos controles definidos para os processos, produtos e serviços.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos, a gestão dos controles internos do Banpará é estruturada segundo o Coso II, por meio da utilização de instrumentos para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, resguardando os recursos e buscando diminuir as ocorrências de perdas, bem como contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos.

Os controles internos do Banpará são testados por meio das auto avaliações periódicas realizadas por todas as unidades (matriz e agências), cujas fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação. Também há elaboração e ativação de planos de ação para a implantação de novos controles ou aprimoramento dos controles já existentes. É realizado o monitoramento do cumprimento, por parte dos gestores, das medidas de controles implantadas, com vistas a garantir a manutenção da efetividade e consistência dos controles internos da Instituição.

O Banpará, aderente à legislação e normas pertinentes a Prevenção à Lavagem de

Dinheiro (PLD), adota procedimentos internos de controle, Política Institucional de PLD e melhores práticas nacionais e internacionais, com ferramentas e treinamentos adequados, que permitem a monitoração e a identificação eficaz de operações atípicas sem justificativa plausível, minimizando os riscos de utilização de seus produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, sobretudo considerando as políticas de identificação de Cliente, Conheça Seu Cliente, Conheça Seu Parceiro, Conheça Seu Funcionário, avaliação de novos Produtos, Serviços e procedimentos de Monitoramento de Transações e Comunicação de Operações/Situações Suspeitas, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral. Assim, no 1º semestre de 2017 foram rastreadas movimentações de valor igual ou superior a R\$ 10 mil, com sinalização de clientes para aplicação da Política "Conheça seu Cliente" e comunicação de movimentações atípicas e sem justificativa plausível aparente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), conforme preceitua a Lei n. 9.613/98, art.11, item II, § 2º, comunicação de boa-fé.

7.4. Segurança Empresarial e da Informação

No tocante à Segurança Patrimonial e Pessoal, o Banpará investe, constantemente, em novas tecnologias, sempre em consonância com as boas práticas do mercado, com o propósito de oferecer maior segurança ao seu público, interno e externo, assim como preservar o seu patrimônio físico.

No âmbito interno, medidas preventivas de segurança são implementadas, por meio de palestras de segurança e visitas frequentes nas unidades do Banco, visando identificar possíveis vulnerabilidades e a posterior correção, com isso mitigar riscos de perdas financeiras e de imagem da instituição.

O Banpará está investindo na criação de VLANs na rede, exclusivas para a área de segurança, visando viabilizar o monitoramento, em tempo real, dos sistemas de segurança, assim como dos Pontos de Atendimento Eletrônico, proporcionando maior segurança aos clientes e funcionários e, por conseguinte, reduzindo eventuais prejuízos financeiros em decorrência de sinistros.

A segurança empresarial do Banpará, em busca das melhores práticas do mercado, tem por pressuposto a proteção de pessoas, instalações, bens físicos e informações do Banco, utilizando-se de suas técnicas e conhecimentos de sistemas atua preventiva e reativamente garantindo à segurança e as condições necessárias à atividade fim da Instituição. Além de atuar sob as vertentes de Segurança da Informação, Segurança Física e Patrimonial e Prevenção e Combate à Fraude Eletrônica, a Segurança Empresarial do Banpará busca os meios protetivos necessários à continuidade do negócio, através de Planos de Continuidade - PCN e Planos de Recuperação de Desastres - PRDs, constituído por um conjunto de controles representados por procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas, normas e soluções de Tecnologia da Informação.

No âmbito da Segurança da Informação, o Banco investiu em novas tecnologias de segurança da informação que passaram a funcionar de forma integrada, ganhando mais agilidade na detecção e mitigação de ameaças internas e externas o que resulta em operações mais seguras para o público.

O Banpará possui uma área de Prevenção às Fraudes que tem atuado em parceria com a área de negócios, para prover a segurança necessária aos novos produtos e serviços ofertados pelo Banco. Paralelo a isso, tem desenvolvido projetos como a Blindagem Digital e a reavaliação dos requisitos de segurança dos canais eletrônicos, com o objetivo de massificar a disponibilização dos serviços e dos limites de crédito nestes praticados. A área também faz a avaliação das reclamações dos clientes referente às transações por eles desconhecidas, prestando esclarecimentos ou tratando eventuais riscos de fraudes identificados.

7.5. Tecnologia da Informação

Visando melhorar a disponibilidade de seus serviços, o Banpará permanece avançando na prospecção e na implantação de novas soluções tecnológicas que venham a suprir os anseios dos clientes. A área de infraestrutura tecnológica realizou a aquisição de ferramenta de balanceamento de cargas de sistemas, para o aperfeiçoamento da utilização de recursos, a maximização do desempenho, a diminuição do tempo de resposta e ainda evitar a ocorrência de sobrecarga nos serviços. A mesma ferramenta também é responsável pelo balanceamento dos links de comunicação, objetivando o aumento da performance do tráfego e, consequentemente, maior velocidade no acesso aos dados.

Também ocorreu um aumento na segurança da infraestrutura da instituição através da implantação de um firewall em sua rede interna, onde se realizou a segmentação da mesma em pequenas sub-redes, mantendo separadas as equipes que possuem funções de trabalho específicas, com o propósito de aumentar a proteção aos sistemas internos e conter a propagação de tentativas de ataques.

No primeiro semestre de 2017, foi realizada a migração do serviço de correio eletrônico do Banpará, com o objetivo de utilizar um sistema de mensagens para atender as necessidades da Instituição e dos clientes.

Dentre os produtos entregues, está: o Totalizador de Crédito, ferramenta responsável por realizar o cálculo de rating do cliente durante o processo de concessão de crédito pelo Banco; o Vida XML, uma nova forma de integração entre os parceiros do Banco, tendo como escopo inicial auxiliar na venda de seguros pelo Banco; o Nova Cobrança, ferramenta que permite a centralização dos beneficiários; e o IN Mais, que permite a transferência de pontos acumulados no programa de fidelidade do BCard para o programa IN Mais.

A atualização tecnológica é um processo contínuo, razão pela qual os investimentos na área de tecnologia da informação devem ser constantes, acompanhando às novas tendências de mercado e com objetivo primordial de melhor atender à sua clientela. Tais investimentos se traduzem na ampliação da infraestrutura tecnológica do data-center do Banco e da rede de agências e demais pontos de atendimento, em seguimento ao projeto de atualização tecnológica.

No âmbito de telecomunicações, o processo de modernização dos sistemas de telecomunicações tem por objetivo assegurar, adequadamente, o suporte às áreas de negócios. Na mesma linha de atuação, os investimentos nesse segmento prosseguem, merecendo destaque as ações abaixo:

- 1) Implantação de solução técnica para permitir o balanceamento de carga de links e Aplicações (ADC – Application Delivery Controller - A10);
- 2) Ampliação dos Canais de URA;
- 3) Novas Abordagens de Fibra Óptica;
- 4) Expansão e readequação técnico/financeiro da rede de telecomunicações do Banpará;

7.6. Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará cumpre dar o devido tratamento às manifestações dos demandantes, sobre todos os assuntos demandados, na sua maioria, aos produtos e serviços prestados pelo Banco. Nesse sentido, atua ativamente na prevenção de conflitos, enquanto 2ª instância de atendimento, garantindo conquistas que refletem o comprometimento desta Instituição Financeira, o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e bom relacionamento com a sociedade.

De forma imparcial, transparente e célere, zela pelo cumprimento dos normativos internos e externos, na busca por solução para os assuntos demandados, por meio de respostas claras, objetivas e satisfatórias.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.433/2015, cumpre rigorosamente o prazo de resposta das demandas, de no máximo 10 dias úteis, e conforme o Decreto Estadual nº 1.359/2015, de 2

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016. (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	NOTA	30.06.2017	30.06.2016
Circulante		3.860.128	3.244.159
Disponibilidades	3.b	137.916	160.020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	958.618	771.274
Aplicações no mercado aberto		532.860	386.727
Aplicações em depósitos interfinanceiros		425.758	384.547
Títulos e valores mobiliários	5	793.748	518.907
Carteira própria		655.902	508.016
Vinculados a compromisso de recompra		130.715	4.577
Vinculados a prestação de garantia		7.131	6.314
Relações interfinanceiras	6	143.934	118.856
Pagamentos e recebimentos a liquidar		8.850	8.098
Depósitos no Banco Central do Brasil		40.685	109.900
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN		93.541	-
Correspondentes		858	858
Operações de crédito	7	1.590.708	1.469.601
Setor privado		1.649.216	1.537.730
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(58.508)	(68.129)
Outros créditos	8	229.792	201.255
Carteira de câmbio		1.067	-
Rendas a receber		969	1.176
Diversos		230.374	206.168
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(2.618)	(6.089)
Outros valores e bens		5.414	4.246
Outros valores e bens		3.459	3.210
(Provisões para desvalorizações)		(1.508)	(1.578)
Despesas antecipadas		3.461	2.614
Realizável em longo prazo		2.452.198	2.278.386
Títulos e valores mobiliários	5	132.164	143.361
Carteira própria		132.164	143.361
Relações interfinanceiras	6	59.580	55.743
SFH – Sistema Financeiro da Habitação		59.580	55.743
Operações de crédito	7	2.076.045	1.936.010
Setor privado		2.152.402	2.023.722
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(76.357)	(87.712)
Outros créditos	8	184.409	143.272
Diversos		184.409	143.272
Permanente		152.604	123.386
Investimento		33	33
No exterior		4	4
Outros investimentos		167	167
(Provisão para perdas)		(138)	(138)
Imobilizado de uso	9	66.785	52.985
Imóveis de Uso		46.198	46.156
Outras imobilizações de uso		126.335	101.064
(Depreciações acumuladas)		(105.748)	(94.235)
Intangível	9	85.786	70.368
Ativos intangíveis		63.443	54.903
Intangível em curso		51.887	34.287
(Amortização acumulada – intangível)		(29.544)	(18.822)
TOTAL DO ATIVO		6.464.930	5.645.931

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	NOTA	30.06.2017	30.06.2016
Circulante		4.534.622	4.070.900
Depósitos	10	3.882.730	3.355.091
Depósitos à vista		569.151	646.463
Depósitos de poupança		802.592	763.233
Depósitos interfinanceiros		613.157	299.748
Depósitos a prazo		1.897.830	1.645.647
Captação no mercado aberto	10	312.446	274.672
Carteira própria		130.450	4.566
Carteira de terceiros		181.996	270.001
Relações interfinanceiras		22.576	24.046
Recebimentos e pagamentos a liquidar		22.375	23.846
Correspondentes		201	200
Relações interdependências		1.884	414
Recursos em trânsito de terceiros		1.884	414
Emissão de títulos	11	59.790	190.435
Recursos de letras financeiras		59.790	190.435
Obrigações por empréstimos		1.025	-
Empréstimo no exterior		1.025	-
Obrigações p/ repasses no País – Instít. Oficiais		325	675
BNDES		325	675
Outras obrigações	12	253.846	225.672
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.744	23.779
Sociais e estatutárias		177	173
Fiscais e previdenciárias		34.963	25.631
Diversas		210.962	176.089
Exigível em longo prazo		1.021.022	821.840
Depósitos	10	1.008.852	765.033
Depósitos a prazo		1.008.852	765.033
Emissão de títulos	11	12.170	52.247
Recursos de letras financeiras		12.170	52.247
Outras obrigações	12	-	4.560
Diversas		-	4.560
Patrimônio líquido	13	909.286	753.191
Capital social		691.762	691.762
Reserva de lucro		138.865	-
Lucros acumulados		78.659	61.429
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.464.930	5.645.931

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
	30.06.2017	30.06.2016	
Lucro Líquido do semestre	93.813	74.049	
Ajustado Por:			
Depreciação/Amortização	11.540	10.312	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.613	85.909	
Reversão p/ Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.354)	(46.029)	
Constituição de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	22.470	12.731	
Reversão de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(7.322)	(1.720)	
Provisão para outros créditos	596	(105)	
Provisão para desvalorização de outros bens	14	(280)	
Ajuste de marcação a valor de mercado – TVM	(6.733)	(3.413)	
Impostos diferidos	11.578	(11.434)	
Despesas de imposto de renda e contribuição social	87.741	79.436	
Lucro Líquido Ajustado	242.146	198.964	
Varição de Ativos e Obrigações	(531.814)	(86.151)	
(Aumento)/Redução em Aplicações			
Interfinanceiras de Liquidez	40.913	57.802	
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(219.368)	(40.075)	
(Aumento)/Redução em Recursos Aceites financeiras	5.312	16.556	
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras/ Interdependências	(41.313)	(17.940)	
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(289.689)	(284.472)	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	10.346	(6.466)	
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	(578)	234	
(Aumento)/Redução em Depósitos	411.944	429.676	
Compromissadas	(372.633)	(168.816)	
Aumento/(Redução) em Obrigações por Repasse no País	(174)	(274)	
Obrigações por Empréstimo	47	-	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1.595	(6.080)	
Impostos e contribuição Social Pagos	(78.216)	(66.295)	
Fluxo Proveniente das Atividades Operacionais	(289.668)	112.813	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-	
Alienação de Imobilizado de Uso	3	203	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(20.866)	(1.598)	
Alienação no Intangível	-	964	
Aplicação no Intangível	(17.512)	(14.699)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(38.375)	(15.130)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(15.154)	(12.621)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(15.154)	(12.621)	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(343.197)	85.062	
Início do Período	831.101	434.906	
Fim do Período	487.904	519.968	
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(343.197)	85.062	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Nota	30.06.2017	30.06.2016
Receita da intermediação financeira		764.238	704.515
Operações de crédito	7.4	671.877	618.470
Resultado de aplicações interfinanceira e operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5	85.248	82.691
Resultado de operações de câmbio		1.479	1.904
Resultado das aplicações compulsórias		5.634	1.450
Despesas da intermediação financeira		(242.767)	(257.263)
Operações de captação no mercado	10	(214.499)	(217.488)
Operações de empréstimo/repasses		(151)	(2)
Provisão para Operações de Crédito		(28.117)	(39.773)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		521.471	(470.252)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(314.149)	(270.094)
Receitas de prestação de serviços	19.3	29.524	25.483
Rendas de tarifas bancárias	19.4	14.649	12.906
Despesas de pessoal	19.5	(164.688)	(137.312)
Outras despesas administrativas	19.6	(153.130)	(131.585)
Despesas tributárias	19.7	(30.424)	(26.515)
Outras receitas operacionais	19.1	13.784	6.907
Outras despesas operacionais	19.1	(23.864)	(19.978)
Resultado operacional		207.322	177.158
Resultado não operacional		823	292
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		208.145	177.450
Imposto de renda e contribuição social		(99.319)	(90.870)
Provisão para imposto de renda	18	(48.023)	(43.800)
Provisão para contribuição social	18	(39.718)	(35.636)
Ativo fiscal diferido	18.b	(11.578)	(11.434)
Participações no lucro		(15.013)	(12.531)
Empregados – Lei nº 10.101, de 19.12.2000.		(14.874)	(12.324)
Administradores – Lei nº 6.404, de 15.12.1976.		(139)	(207)
Lucro Líquido		93.813	74.049
Juros sobre Capital Próprio		15.154	12.621
Lucro Líquido por ação (R\$)		9,85	7,78
		30.06.2017	30.06.2016
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado		93.813	74.049
Lucro Abrangente		93.791	74.032
Lucro Abrangente das Participações dos não Controlados		22	17

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldo em 31/12/2015	569.316	10.204	112.242	-	691.762
Lucro Líquido do 1º Semestre/2016	-	-	-	74.049	74.049
Aumento de Capital com Res. Lucro	122.446	(10.204)	(112.242)	-	-
Destinações:					
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(12.621)	(12.621)
Saldo em 30/06/2016	691.762	-	-	61.428	753.190
Mutações do 1º semestre de 2016	122.446	(10.204)	(112.242)	61.428	61.428
Saldo em 31/12/2016	691.762	11.572	127.293	-	830.627
Lucro Líquido do 1º Semestre/2017	-	-	-	93.813	93.813
Destinações:					
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(15.154)	(15.154)
Saldo em 30/06/2017	691.762	11.572	127.293	78.659	909.286
Mutações do 1º semestre de 2017	-	-	-	78.659	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
	30.06.2017	30.06.2016	
1 – RECEITAS	866.594	743.145	
Intermediação financeira	829.107	733.583	
Prestação de serviços	44.173	38.390	
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(17.750)	(37.823)	
Outras	11.064	8.995	
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(296.132)	(264.093)	
Captação	(214.499)	(217.488)	
Obrigação por Empréstimos e Repasses	(151)	(2)	
Despesas de Câmbio	(219)	(102)	
Títulos e valores mobiliários	(81.263)	(46.501)	
3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(147.922)	(122.076)	
Materiais, energia e outros	(9.233)	(7.830)	
Serviços de terceiros	(124.614)	(108.055)	
Perda/recuperação de valores ativos	(14.075)	(6.191)	
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	422.540	356.976	
5 – RETENÇÕES	(11.532)	(10.312)	
Amortização	(5.770)	(4.369)	
Depreciação	(5.762)	(5.943)	
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO	411.008	346.664	
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	411.008	346.664	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	411.008	346.664	
8.1 – Pessoal	156.915	130.674	
Remuneração direta	116.060	94.348	
Benefícios	33.147	29.972	
FGTS	7.708	6.354	
<			

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases, observando-se a alteração da alíquota da CSLL conforme Lei nº 13.169/15. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.555/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.424/2015.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na Instituição patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.2017	30.06.2016
Aplicações no mercado aberto (a)	532.860	386.727
Posição bancada	349.988	117.091
Letras Financeiras do Tesouro	126.493	11.003
Letras do Tesouro Nacional	185.235	2.099
Nota do Tesouro Nacional	38.260	103.989
Posição financiada	182.872	269.636
Notas do tesouro nacional	112.907	269.636
Letras do Tesouro Nacional	69.965	-
Aplicações em Depósitos interfinanceiros:	425.758	384.547
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	416.614	375.497
Não ligadas	9.144	9.050
Total	958.618	771.274

a.O montante de R\$ 349.988 em 30 de junho de 2017 (R\$ 359.948 em 30 junho de 2016) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa (nota nº 3 b).

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2017	30.06.2016
Posição Bancada	20.026	20.674
Posição Financiada	8.593	12.108
Depósitos Interfinanceiros	18.145	12.813
Total	46.764	45.595

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por tipo de papel:

	30.06.2017	30.06.2016
Livres	788.066	651.377
Letras Financeiras do Tesouro (renda fixa)	523.128	473.332
CVS	129.525	140.840
Letras imobiliárias	132.774	34.684
Cotas de fundos de investimento em participações (I)	2.639	2.521
Vinculados a operações compromissadas	130.715	4.577
Letras Financeiras do Tesouro	130.715	4.577
Vinculados à prestação de garantia	7.131	6.314
Letras Financeiras do Tesouro	7.131	6.314
Total	925.912	662.268
Circulante	793.748	518.907
Realizável em longo prazo	132.164	143.361

(I) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de investimento em Participações (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando desenvolvimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que a obrigatoriedade de manter o investimento por 12 anos sendo prorrogado por mais 03.

b. Classificação por categoria e vencimento:

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 30.06.2017	TOTAL 30.06.2016
Títulos para negociação (I)	76.137	51.624	204.703	347.266	114.018	793.748	518.907
Títulos públicos	76.137	51.624	204.703	347.266	114.018	793.748	518.907
Letras de crédito imobiliário	76.137	51.624	5.013	-	-	132.774	34.684
Letras financeiras tesouro	-	-	199.690	347.266	114.018	660.974	484.223
Títulos mantidos até o vencimento (II)	-	-	-	-	132.164	132.164	143.361
Títulos públicos	-	-	-	-	129.525	129.525	140.840
CVS	-	-	-	-	129.525	129.525	140.840
Títulos privados (III)	-	-	2.639	2.639	2.521	2.639	2.521
Cotas de fundos de investimento em participações	-	-	-	-	2.639	2.639	2.521
TOTAL 30.06.2017	76.137	51.624	204.703	347.266	246.182	925.912	-
TOTAL 30.06.2016	34.684	-	31.086	222.070	374.428	-	662.268

(I) Os Títulos e Valores Mobiliários classificados para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001.

(II) Não houve reclassificação entre categorias nas datas-base de 30 de junho de 2017 e 2016. Os títulos FIP e CVS estão classificados como Mantidos até o Vencimento.

(III) Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

c. Quantos aos ajustes de marcação a mercado

	30.06.2017		30.06.2016		30.06.2017	30.06.2016
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado		
Para negociação	795.340	793.748	519.993	518.907	(1.592)	(1.086)
Letras de crédito imobiliário	133.777	132.774	34.972	34.683	(1.003)	(288)
Letras financeiras do tesouro	661.563	660.974	485.021	484.224	(589)	(797)
Mantidos até o vencimento (I)	132.164	132.164	143.361	108.532	-	-
CVS	129.525	129.525	140.840	106.011	-	-
Participações	2.639	2.639	2.521	2.521	-	-

(I) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

	Saldo em 30.06.2017		Nível 1	Nível 2
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	793.748	660.974	132.774	
Letras de crédito imobiliário	132.774	-	132.774	
Letras financeiras do tesouro	660.974	660.974	-	
TOTAL	793.748	660.974	132.774	

	Saldo em 30.06.2016		Nível 1	Nível 2
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	518.907	484.223	34.684	
Letras de crédito imobiliário	34.684	-	34.684	
Letras financeiras do tesouro	484.223	484.223	-	
TOTAL	518.907	484.223	34.684	

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros. O

Banco não possuía títulos e valores mobiliários classificados em Nível 3.

e. Rendas com títulos e valores e mobiliários

	30.06.2017	30.06.2016
Rendas de títulos de renda fixa	38.337	36.686
Rendas com cotas de fundos de investimento	20	188
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado	127	222
TVM	-	-
TOTAL	38.484	37.096

O Banco não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de junho de 2017 e em 2016, o Banco não possuía qualquer saldo registrado ou não registrado de operações dessa natureza.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	30.06.2017	30.06.2016
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	8.850	8.098
Relações com correspondentes	858	858
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	40.685	71.881
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (a)	93.541	-
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	59.580	55.743
Outros depósitos compulsórios – Crédito rural Resolução CMN nº 3.310/2005	-	38.019
Total	203.514	174.599
Circulante	143.934	118.856
Realizável em longo prazo	59.580	55.743

Composição:

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados. A Circular BACEN nº 3.757 de 28 de maio de 2015, alterada pela Resolução CMN nº 4.493 de 31 de maio de 2016, permite que as instituições financeiras que possuam Patrimônio de Referência inferior a R\$5.000.000 (cinco bilhões) deduzam, até 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$200.000 (duzentos milhões), e a partir de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$100.000 (cem milhões) da exigibilidade sobre depósito de poupança.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$59.580 (R\$ 55.743 em 30 de junho de 2016), referentes a 292 contratos. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de Operação

	30.06.2017	30.06.2016
Operações de Crédito		
Adiantamentos a depositantes	441	279
Empréstimos	3.795.241	3.555.363
Outros financiamentos	262	510
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.674	5.300
Total de operações de crédito	3.801.618	3.561.452
Outras rubricas		
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8)	31.271	34.169
Operações de Câmbio	1.030	-
Total em outras rubricas	32.301	34.169
Total da Carteira de Crédito	3.833.919	3.595.621
Circulante	1.681.517	1.571.899
Realizável a longo prazo	2.152.402	2.023.722

b. Composição Empréstimos por segmento e tipo de pessoa

	30.06.2017	30.06.2016
Pessoa Física	3.788.404	3.537.302
Consignados	2.628.661	2.468.615
Banparacard	892.144	801.522
Cheque especial	4.302	6.136
Cartão de crédito	17.434	19.684
Sazonais	73.422	63.707

	30.06.2017	30.06.2016
Outros	172.441	177.638
Pessoa Jurídica	6.837	18.061
Cheque empresarial	2.370	5.532
Capital de Giro	2.755	672
Outros	1.712	11.857
TOTAL	3.795.241	3.555.363

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2017	30.06.2016
Parcelas											
Vencidas (A Vencer)	-	3.576.606	18.215	85.014	14.217	8.541	19.141	6.873	67.189	3.795.796	3.547.010
Até 30 dias	-	177.074	2.025	7.882	1.423	867	1.748	547	4.699	196.266	187.979
31 a 60 dias	-	71.648	1.562	5.450	540	306	946	199	2.943	83.594	77.421
61 a 90 dias	-	153.423	1.303	4.745	691	398	838	296	3.253	164.947	152.812
91 a 180 dias	-	479.435	2.931	12.252	1.634	1.005	2.131	814	8.474	508.677	464.955
181 a 360 dias	-	642.603	3.251	14.113	2.439	1.494	2.686	1.182	12.761	680.530	631.965
Acima de 360 dias	-	2.408.717	7.080	39.815	7.046	4.246	7.989	3.692	33.816	2.152.402	2.023.722
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	3.705	63	757	443	225	2.801	143	1.241	9.379	8.156
Parcelas Vencidas	-	-	825	2106	2123	1793	2.792	2612	25.871	38.122	48.611.790
15 a 30 dias	-	825	555	102	60	95	54	249	1.940	2.639.379	
31 a 60 dias	-	1.551	847	458	447	226	1.833	5.462	6.605.042		
61 a 90 dias	-	-	1.174	493	591	347	1.879	4.485	5.175.189		
91 a 180											

c. Composição por segmento de mercado

Composição	A vista	A prazo	Interfinan- ceiros	Poupança	30.06.2017	30.06.2016
Sociedades ligadas	282.442	1.423.091	-	-	1.705.301	1.708.176
Pessoas físicas	159.943	706.169	-	766.557	1.632.901	1.429.986
Invest. institucionais	401	26.967	-	-	27.368	323.675
Instituição Financeira	-	-	-	-	-	-
Pessoas jurídicas	66.556	520.073	613.157	36.035	1.235.821	475.417
Governo municipal	37.205	230.382	-	-	267.587	177.342
Outros	22.604	-	-	-	22.604	5.528
TOTAL	569.151	2.906.682	613.157	802.592	4.891.582	4.120.124

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado a curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	30.06.2017	30.06.2016
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	130.450	4.566
Recompras a Liquidar - Carteira de Terceiros	181.997	270.001
Total	312.447	274.567

e. Despesas de captação:

	30.06.2017	30.06.2016
Depósitos de poupança	27.879	28.838
Depósitos interfinanceiros	31.002	17.338
Depósitos a prazo	136.827	136.529
Depósitos judiciais	27	225
Operações compromissadas—Carteira própria e Terceiros	11.328	15.222
Letras financeiras	4.263	16.556
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	3.173	2.780
TOTAL	214.499	217.488

11. EMISSÃO DE TÍTULOS

	30.06.2017	30.06.2016
Recursos de Letras Financeiras	59.790	190.435
Total do circulante	59.790	190.435
Recursos de Letras Financeiras	12.170	52.247
Total exigível a longo prazo	12.170	52.247
TOTAL	71.960	242.682

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30.06.2017	30.06.2016
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7.744	23.779
Sociais e estatutárias	177	173
Fiscais e previdenciárias	34.963	25.631
Cheque administrativo	5.618	653
Contrato de assunção de obrigações	2.615	2.947
Obrigações para contribuições ao SFH	1	1
Obrigações por convênios	10.294	10.293
Obrigações por prestação de serviços	11.382	8.415
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	73.540	66.591
Credores diversos – País (b)	35.075	36.456
Passivo para riscos – Trabalhista (c)	50.514	25.139
Passivo para riscos – Civil (c)	9.502	10.148
Passivo para riscos – Tributário (c)	3.140	2.802
Passivo – Cessão de crédito rural com coobrigação	317	403
Obrigação Atuarial	8.964	12.241
Total do circulante	253.846	225.672
Exigível em longo prazo		
Obrigação atuarial	-	4.560
Total exigível em longo prazo	-	4.560
TOTAL	253.846	230.232

(a) As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica "Provisões para pagamentos a efetuar" são:

	30.06.2017	30.06.2016
Circulante		
Provisão com Pessoal	41.836	35.989
Provisão com PLR	14.649	11.791
Provisão para outras despesas administrativas	15.960	17.869
Outros	1.095	942
Total do circulante	73.540	66.591
TOTAL	73.540	66.591

(b) Em 30 de junho de 2017 os valores registrados em Credores Diversos - País são compostos em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARÁ Mastercard pelo montante de R\$31.413 (R\$ 34.212 em 30 de junho de 2016).

(c) Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: O Banco é parte em processos judiciais, de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente com embasamento nas opiniões de seus assessores jurídicos. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Fiscal	30.06.2017	30.06.2016
Provável	50.514	9.501	3.140	63.155	38.089
Possível (II)	46.916	-	-	46.916	52.200
TOTAL	97.430	9.501	3.140	110.071	90.289

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo e cuja realização seja provável, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo, demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	30.06.2017		30.06.2016	
	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos Judiciais (R\$)
Cíveis (I)	1.598	19.442	1.525	17.380
Trabalhistas(II)	318	4.072	194	4.655
Fiscais (III)	18	22.937	18	20.470
Total	1.934	46.451	1.737	42.505

(I) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza da ação, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(II) Processos trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda desses depósitos. O valor mencionado com probabilidade de perda indicada como possível, refere-se a ações civis públicas propostas contra o Banco, pelo Sindicato dos Bancários do Pará e pela Associação dos Funcionários do Banpará - AFBEPA, cujo objeto é descaracterização de diversas funções de confiança no Banco, redução da jornada de trabalho para 6 horas, 7ª e 8ª horas como extra e reflexos legais, dentre outros pedidos correlatos - dos últimos 05 anos.

(III) Obrigações tributárias - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em meios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2017, são:

• **CPMF:** R\$3.071 (R\$2.654 em 30 de junho de 2016). Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

• **ITR:** R\$69 (R\$85 em 30 de junho de 2016). Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da

Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Movimentação das provisões:

	30.06.2017			30.06.2016		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Semestre	35.278	10.365	2.961	15.278	11.387	3.023
Atualização monetária	3.352	462	179	1.093	965	230
Constituições	18.063	414	-	10.486	11	-
Reversões	(5.583)	(1.739)	-	(1.700)	(20)	(451)
Pagamentos	(596)	-	-	(18)	(2.195)	-
No final do Semestre	50.514	9.501	3.140	25.139	10.148	2.802

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

Acionista	30.06.2017		30.06.2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,97673	9.519.433	99,97673
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,00793	755	0,00793
Administradores	9	0,00009	9	0,00009
Demais Acionistas	1.452	0,01525	1.452	0,0153
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ações	Ações não circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.442	2.207	9.521.649	0,23318

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo, distribuir dividendos intermédios e ou intercalares.

Até o final do 1º semestre de 2017, foi efetivamente pago a título de Juros sobre Capital Próprio o valor de R\$ 15.154. O valor, referente ao primeiro trimestre de 2017, aprovado pelo conselho de administração em 10.04.2017 e efetivamente pago em 20.04.2017.

14. GESTÃO DE RISCO

Gestão de Risco e de Capital

No que diz respeito à gestão de riscos e de Capital, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento das políticas e dos sistemas informatizados todos integrados aos objetivos estratégicos do Banco. São acompanhados, mensurados e mitigados os seguintes riscos: Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. Objetivando tornar as análises dos Riscos Corporativos e de Capital mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

O Risco de Mercado é definido pela Resolução CMN nº 4.557/17 como possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Para identificar e mensurar as posições que expõem a instituição ao risco de mercado, o BANPARÁ calcula diariamente o VaR (Value at Risk) por tipo de carteira (Banking Trading e Global), por meio da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo é realizada trimestralmente pela técnica de Backtesting Tunneling, comparando as projeções com os resultados já obtidos, pelo conceito de t-umel (amostra 252 du). Para a validação do modelo é esperado que o percentual de erro não exceda 10%, ou seja, duas vezes o complemento do intervalo de confiança adotado (95%).

Análise de Sensibilidade:

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para suas carteiras trading e banking, com estimativas da variação no valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, utilizando a aplicação de choque nas curvas de juros.

O Banpará classifica suas operações da seguinte forma:

- **Negociados na carteira de negociação (trading book):** composto por recursos de tesouraria gerenciados com compromisso de revenda e de recompra, lastreados em Títulos Públicos Federais (TPF), aplicações em cotas de fundos de investimento, TPF, títulos privados não classificados na modalidade mantidos até o vencimento e operações de câmbio (spot);
- **Não classificados na carteira de negociação (banking book):** constituído por operações de crédito comercial mantidas até o vencimento, operações de captação de recursos e demais operações do Banco sujeitas ao risco de mercado; inclusive TPF e títulos privados não classificados em trading, serão classificadas como banking, desde que observados o nível de liquidez do papel. Os títulos públicos e privados de baixa liquidez como CVS, CRIs e CCBs serão normalmente classificados na carteira banking.

A análise de sensibilidade é realizada de forma segregada, por carteira, no entanto existem operações que não fizeram parte do cálculo, pelo fato do indexador não gerar exposição ao risco de mercado ou porque a exposição não representa 5% do total das exposições banking, a exemplo das operações em moedas estrangeiras (spot) e operações de financiamento à exportação.

Para subsidiar a análise foram considerados os cenários, conforme instrução da CVM nº 475/08:

Cenário 1 - Para a carteira Banking os choques foram determinados a partir da diferença dos vértices 252 du e 1 du, tanto para a curva da taxa Pré, como da curva taxa TR. Para a curva Pré foi utilizado o choque de -137 Bp e para curva TR -109Bp. Considerando o prazo das operações compromissadas, os choques para carteira Trading foram definidos a partir da diferença entre a curva da taxa Pré 21 du e 1 du, o choque usado foi de -11Bp.

Cenário 2 - A partir do cenário base, aplicou-se o percentual de 25% na curva da taxa de vértice mais longo (252 du para Banking e 21 du para trading), deteriorando-se desta forma o cenário base em 25%. Foram aplicados os choques para carteira banking fator de risco Pré de 82Bp e TR 114Bp e para carteira trading fator de risco Pré 240Bp.

Cenário 3 - A partir do cenário base aplicou-se o percentual de 50% na curva da taxa de vértice mais longo (252 du para Banking e 21 du para trading), deteriorando-se desta forma o cenário base em 50%. Foram utilizados choques para carteira Banking fator de risco Pré de 302Bp e o fator de risco TR 338Bp, para carteira Trading fator de risco Pré, utilizou-se 491Bp.

O quadro abaixo demonstra o ganho ou perda no valor de mercado das operações, por carteira, considerando os fatores de riscos, considerando os cenários descritos acima:

Patrimônio de Referência	Junho/2017			Junho/2016			
	842.222.564,90			713.426.561,77			
Carteira de Risco	Cenários (Mil)			Cenários (Mil)			
	1	2	3	1	2	3	
Trading Pré	Exposições sujeitas às variações das taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(27)	(586)	(1.183)	133	(424)	(936)
Trading Pré	Referencial: Títulos CVS e Poupança	156.952	(89.713)	(316.013)	77.389	(233.477)	(505.149)
Banking TR		6.046	(5.848)	(16.087)	(636)	(18.549)	(32.824)

O Banpará é tolerante a variação das taxas de mercado. Assim, mesmo em cenários em que as variações das curvas de preço possam gerar elevadas reduções no valor de mercado de suas posições, a instituição não pretende reduzi-las. Além disso, o processo de gestão de riscos é contínuo, promovendo ações proativas para minimização de grandes impactos.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

Gerenciamento de capital:

O processo de gerenciamento de capital considera o monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco, para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita. Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, cujo valor espelha a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o 2º trimestre de 2017 com índice de 20,69% bem acima do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, que corresponde à aplicação do fator F ao montante total do RWA, o qual passou de 11% para 10,5%, considerando-se o 1,25% do Adicional de Capital Principal - ACP, estabelecido pelo Bacen, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

O Banpará calcula apenas o ACPCONSERVAÇÃO em decorrência do fator multiplicador do Bacen (ACPIBRASIL) ser igual a zero, não se fazendo necessário o cálculo do ACPCONTRACICLICO e devido não estar enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica - FIS, também não calcula o ACP SISTÊMICO.

O Banco mantém sua política, inclusive com informações adicionais sobre processos de controle de riscos no site: www.banpara.br, na rota: O BANPARA/ Relação com Investidores/ Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos.

Índice de Basileia	30.06.2017	30.06.2016
Patrimônio de Referência - PR	842.222	713.426
Nível I	842.222	713.426
Capital Principal	842.222	713.426
Capital Complementar	-	-
Nível II	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	4.071.207	3.591.189
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	3.660.622	3.250.225
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWAJUR1	4.927	2.309
Exposição ao Risco de Variação-CMBAL - RWACAM	4.655	2.033
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	401.003	336.622
Risco Banking - RBAN	142.217	64.432
Valor da Margem	323.418	294.364
Índice de Basileia Banpará - IB	20,69%	19,87%

Adicional de Capital Principal

	30.06.2017	30.06.2016
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	50.890	22.445
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico	-	-
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP Sistêmico	-	-

15. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

15.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funciona-

rios do Banco (CAFBEF), entidade fechada de previdência privada.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados e Banco, observado para os empregados os seguintes percentuais, incidentes sobre a remuneração bruta:

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 3.750/09, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, substancialmente nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com o Banco.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFEBP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos e apensadoras dos funcionários.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.06.2017	30.06.2016
Estado do Pará		
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	282.442	325.584
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	1.423.091	1.383.824
Caixa de previdência e assistência dos funcionários do Banpará - CAFEBP		
Depósitos à vista	17	19
Obrigações sociais e por convênio (Nota explicativa nº 15.2 a / 15.2 c)	8.964	16.801

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social.

No Semestre as remunerações estão demonstradas a seguir:

	30.06.2017	30.06.2016
Remuneração de administradores		
Diretoria	809	797
Conselho de Administração	142	142
	30.06.2017	30.06.2016
Participação nos Lucros e resultados		
Administradores	139	207

O Banco não concede empréstimos a seus diretores e membros de seu Conselho de Administração, tendo em vista que essa prática é proibida a todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

17. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30 de junho de 2017, é de R\$ 216.569, é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

18. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO

Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

a. Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

DESCRIÇÃO	30.06.2017		30.06.2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	157.005	193.132	124.253	164.970
Juros s/Capital Próprio (15.154)	(15.154)	(15.154)	(12.621)	(12.621)
Base de Cálculo	141.851	177.978	111.632	152.349
Adições (Exclusões)	56.739	20.612	66.493	25.828
Lucro Tributável antes das Compensações	198.590	198.590	178.125	178.178
Compensação de Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	-
Base de Cálculo após Compensações	198.590	198.590	178.125	178.178
Alíquota Normal (15% e 20%)	29.789	39.718	26.719	35.636
Adicional do Imposto de Renda (10%)	19.847	-	17.800	-
Valores Devidos	49.636	39.718	44.519	35.636
Programa de Alimentação ao Trabalhador (1.292)	-	(78)	-	-
Incentivos Fiscais (250)	-	(238)	-	-
Prorrogação da Licença Maternidade (171)	-	(136)	-	-
Vale Cultura	-	(267)	-	-
IR e CSLL a Pagar	48.023	39.718	43.800	35.636

Conforme Medida Provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 2015, a alíquota da CSLL passou a ser de 20% no período compreendido entre 1º/09/2015 e 31/12/2018.

b. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 207.794, relativo às diferenças temporárias de Provisão p/Créditos em Liquidação, ativadas em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, sendo R\$ 126.891 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 80.903 decorrentes da aplicação da alíquota de 15% (até base 08/2015) e 20% (base 09/2015) de CSLL sobre a base de Operações de Créditos em Liquidação.

O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões p/Créditos em Liquidação será realizado com base nas Perdas transferidas para CBP, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o semestre findo em 30 de junho de 2017:

Créditos Tributários	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2017
Diferença Temporária - IRPJ	133.324	-	(6.433)	126.891
Diferença Temporária - CSLL	86.049	-	(5.146)	80.903
Total	219.373	-	(11.579)	207.794

Até 30 de junho de 2017, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 299.771 (R\$ 231.109 em junho de 2016) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisão p/Créditos em Liquidação, sendo que R\$ 68.967 foi realizado ao longo dos exercícios.

Créditos Tributários	Ativação até 31.12.2016	Ativação em 2017	Realização até 30.06.2017	Saldo Ativado em 30.06.2017
Diferença Temporária	219.373	-	(11.579)	207.794
Total	219.373	-	(11.579)	207.794

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Créditos em Liquidação:

Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

Projção de realização	2017	2018	2019	2020	2021 a 2025	Total
Crédito Tributário de IR	12.875	13.109	11.828	11.887	66.377	116.076
Crédito Tributário de C. Social	10.300	10.488	9.462	9.509	42.220	81.979
Total dos créditos	23.175	23.597	21.290	21.396	108.597	198.055
Taxa média de aplicação a.a. (%)	10,02%	9,02%	8,26%	7,72%	7,53%	-
Valor presente do crédito tributário	6.851	15.120	13.547	12.297	11.322	-

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

O Banco possui ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 79.390 conforme abaixo, sem o registro nas demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2017, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Descrição	Saldo em 31.12.2016	Reversão	Constituição	Saldo em 30.06.2017	Ativo fiscal diferido
Provisão para Créditos em Liquidação	16.136	-	56.058	72.194	50.067
Provisão para Outros Créditos	-	-	67.613	67.613	-
Provisão para Passivos Trabalhistas	35.278	-	15.236	50.514	22.119
Provisão para Ações Cíveis	10.365	(863)	-	9.502	4.751
Prejuízos em Operações Swap	516	-	-	516	129
Provisão para Riscos Fiscais	2.961	-	179	3.140	1.570
Provisão para Outros Valores e Bens	1.521	(13)	-	1.508	754
Total das Adições Temporárias	66.777	(876)	139.086	204.987	79.390

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

19.1. Outras receitas/despesas operacionais:

Outras receitas operacionais	30.06.2017	30.06.2016
Recuperação de encargos e despesas	129	65
Atualização monetária de INSS	-	201
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.390	3.084
Atualização monetária de valores ativos	96	4
Atualização monetária de IR e CSLL a Compensar	-	132
Outros Créditos em Liquidação	808	758
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	178	457
Provisão Férias, 13 Salário e Lic. Prêmio	2.128	1.124
Ações Judiciais	7.800	1.055
Outros	255	27
Total	13.784	6.907

Outras despesas operacionais	30.06.2017	30.06.2016
Carteira imobiliária	7	16
Despesas de desc. Concedidos em renegociações.	12	27
Despesa atualização de impostos e contribuições	179	230
Atualização monetária de valores passivos	-	122
Atualização ações judiciais	21.040	10.473
Ações judiciais	442	4.810
Variação e dif. Tx – dispon. em moeda estrangeira	772	1.841
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	223	377
Outros créditos	16	16
Despesas de Outros créditos de liquidação	353	971
Outras	820	1.095
Total	23.864	19.978

19.2. Resultado não operacional

Outras receitas (despesas) não operacionais	30.06.2017	30.06.2016
Desvalorização de outros valores e bens	13	213
Recuperação de clonagem de cartões e boletos	-	1
Insubstituições passivas	738	24
Superveniências ativas	14	9
Lucros em transações com valores mobiliários	112	507
Diferença de caixa - mnp-05010202/a	131	71
Descumprimento de Contrato	1.320	177
Recuperação de crédito previdenciário	-	948
Outras receitas não operacionais	182	1.577
Insubstituições ativas	(760)	114
Prejuízos na alienação de valores e bens	-	(799)
Indenização por Descumprimento de Contrato	-	-
Clonagem de Cartões e Boletos	(33)	-

Superveniências passivas	-	(1)
Roubo por assalto	(560)	(2.183)
Fraudes externas	-	-
Outras Despesas não operacionais	(334)	(366)
Total	823	292

19.3. Receitas de prestação de Serviços

Receita de Prestação de Serviços	30.06.2017	30.06.2016
Rendas de adm. de fundos de investimentos	75	104
Rendas de adm fundos de desenvolvimentos	964	1.024
Rendas de transferências de fundos	643	683
Rendas de cobrança	112	19
Rendas de pacotes de serviços - pf	23.487	19.536
Rendas de serviços diferenciados - pf	548	341
Transferência internacional - banpará mastercard	12	11
Transferência nacional - banpará mastercard	1.343	1.459
Compensação de documentos	1.959	1.870
Rendas de outros serviços	381	437
Total	29.524	25.483

19.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	30.06.2017	30.06.2016
Confeção de cadastro	-	2
Exclusão do cadastro emittentes cheques s/fundos	130	166
Contra ordem, posição e sustação de cheques	9	12
Fornecimento de folhas de cheque	77	87
Saque de conta depósitos à vista e de poupança	1.226	1.294
Cheque Administrativo	7	-
Fornecimento de extrato mensal ou de período	73	106
Transferência por meio Doc/Ted	120	102
Concessão de adiantamento a depositante	267	344
Cartão de crédito básico – anuidade	1.170	1.126
Cadastro	20	33
Contas de depósitos	1.876	1.430
Transf. Entre contas da própria instituição	32	39
Transferência de recursos	957	808
Operações de crédito	78	96
Rede Compra	981	844
Comissão sobre seguros vendidos – Sulamérica	987	14
Outras Rendas	1.428	1.483
DMUT – DETRAN	1.711	1.645
Convênio Empresas Privadas	902	799
Salário – Prefeitura Municipal	666	605
Convênios	1.932	1.871
Total	14.649	12.906

19.5. Despesa de pessoal

Despesas de Pessoal	30.06.2017	30.06.2016
Honorários	1.015	998
Encargos Sociais	36.750	31.983
Benefícios	25.968	22.716
Proventos	99.249	80.096
Renuneração de Estagiários	783	725
Treinamento	923	795
Total	164.688	137.312

19.6 Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	30.06.2017	30.06.2016
Água e Energia	3.961	3.529
Aluguéis	7.751	5.388
Comunicações	12.819	12.376
Contribuições Filantrópicas	96	69
Manutenção e Conservação de Bens	4.339	3.555
Material	1.139	993
Processamento de Dados	38.851	32.246
Promoções e Relações Públicas	3.980	2.613
Propaganda e Publicidade	7.701	3.859
Publicação	409	1.372
Seguro	72	134
Serviços do Sistema Financeiro	16.749	8.854
Serviços de Terceiros	6.131	12.690
Serviços de Vigilância	22.036	19.100
Serviços Técnicos Especializados	3.097	3.799
Transportes	8.611	7.605
Viagens	420	446
Multas Aplicadas	1	6
Amortização	5.770	4.369
Depreciação	5.762	5.943
Outras Despesas Administrativas	3.435	2.640
Total	153.130	131.585

Despesas Tributárias	30.06.2017	30.06.2016
Contribuição ao PIS/PASEP	3.823	3.351
Contribuição ao COFINS	23.525	20.622
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	2.240	1.891
Despesas Tributárias	836	651
Total		